



**H R SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE
LTDA**

R Barão de Penedo nº 164-B, Bairro Centro, Maceió, Alagoas, CEP 57.020-340.

CNPJ: 20.158.571/0001-66

Carta de Apresentação das Demonstrações Contábeis em 30 de Junho de 2022.

Em consonância com as regras estabelecidas na Resolução BCB no 2/2020, a **H R SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, Instituição individual, está disponibilizando, por meio deste arquivo, as Demonstrações Contábeis de 30 de junho de 2022.

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Demonstração das Mutações do Exercício;
- Notas Explicativas.

Obs.: De acordo com a Resolução 3.198/04, devem ser auditadas por auditores independentes as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto as sociedades de crédito ao microempreendedor.

R Barão de Penedo nº 164-B, Bairro Centro
Maceió, Alagoas, CEP 57.020-340
Tel.: (82) 3326-3669



Demonstrações divulgadas no site em **29/08/2022**

<https://hrcred.com.br>

A Diretoria da **HR CRED** declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

Humberto Melo de Souza
Diretor Responsável

Paulo Eduardo Pereira
CRC SC 030018/O-3



TERMO DECLARATÓRIO

Eu, HUMBERTO MELO SOUZA, casado em regime de comunhão universal de bens, advogado, brasileiro, carteira de identidade nº 2002001177588 SSP-AL, CPF nº 005.937.534-53, capaz, residente e domiciliado à Rua Francisco Laranjeiras, 101, Edif. Arcade, ap. 303, Ponta Verde, Maceió - AL, CEP 57.035-090, Alagoas, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

Agosto de 2022

Humberto Melo de Souza
Diretor Responsável

R Barão de Penedo nº 164-B, Bairro Centro
Maceió, Alagoas, CEP 57.020-340
Tel.: (82) 3326-3669



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Interessados: A HR Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte LTDA, em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V.Sas. as respectivas Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2022. Pretendemos para o próximo exercício manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

A Diretoria

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (em reais mil exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

HR Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte Ltda, constituída em 29 de Abril 2014, tem por objeto a concessão de crédito a pessoas físicas, a microempresas e a empresas de pequeno porte, com vistas na viabilização de empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial, equiparando-se às instituições financeiras para efeitos da legislação em vigor, podendo exercer outras atividades definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de



Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN. Conforme estabelecido no artigo 42 da Resolução BCB nº 2 de 02/2020 que trata da divulgação das demonstrações financeiras, o balanço patrimonial do período corrente está sendo comparado com o balanço patrimonial do exercício imediatamente anterior. As demais demonstrações não estão sendo comparadas com as relativas aos mesmos períodos do exercício social anterior pois a instituição iniciou suas atividades no decorrer do segundo semestre de 2021, portanto não apresentando base comparativa. A moeda funcional utilizada pela Instituição é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, onde os valores são expressos em reais mil. A instituição avaliou os eventos subsequentes até o dia 20 de agosto de 2022, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre a instituição não apurou resultados não recorrentes.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

a) Receitas e despesas: as receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa: inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: as aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Valor de Recuperação de Ativos (impairment): de acordo com a Lei 11.638/07 é obrigatória a análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central



do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A instituição efetuou análise da recuperabilidade desses ativos e verificou que não há evidências nem indícios de desvalorização, em valores relevantes, de seus ativos registrados no permanente.

e) Operações de Crédito: as operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “*pro rata*” dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, a qual requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo “AA” risco mínimo e “H” risco máximo. Ainda devem ser considerados os períodos de atrasos definidos conforme Resolução nº 2.682/1999 do CMN, para atribuições dos níveis de classificação dos clientes. As rendas de operações de crédito vencidas a mais de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, como determinado no artigo 9º da Resolução nº 2.682/1999 do CMN (nota explicativa nº 5).

f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN e legislação complementar (nota explicativa nº 5).

g) Imobilizado de uso: é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e instalações – 10%, sistema de processamento de dados e veículos – 20%.

h) Outros valores e bens – Despesas antecipadas: os valores registrados nessas contas referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão para a Instituição benefícios ou prestações de serviços em períodos seguintes.



i) Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias e Fiscais e Previdenciárias: as provisões para pagamento dos tributos e encargos sociais incidentes sobre os resultados, as receitas e a folha de pagamento dos empregados são constituídas mensalmente e consideram, para cada um deles, a base de cálculo prevista na legislação tributária, previdenciária e trabalhista vigente. A contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas de prestação de serviços, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas na legislação em vigor (Lei 10.637/2002 – art. 8º e Lei 10.833/2003 – art. 10º, inciso I). A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é calculada à alíquota de 3%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (Lei 9.701/1988- art. 1º, Lei 9.718/1988- art. 3º, §§ 4º a 9º). (nota explicativa nº 8).

j) Imposto de Renda e Contribuição Social: foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$240.000,00 anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.

k) Utilização de Estimativas: para a elaboração das Informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.



4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os valores aplicados no Sistema Financeiro em Títulos e Valores Mobiliários seguem a seguinte composição:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	364	362
Cotas de Fundo de Renda Fixa	364	362

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente pelos seus níveis de vencimento, tipo de cliente e ramo de atividade, de acordo com a Resolução BACEN nº 2.682/99, pelos seguintes valores:

	<u>2022</u>			<u>2021</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>
Empréstimos	262	0	340	0	0	0
Títulos Descontados	0	0		296	0	296
	262	0	340	296	0	296
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	55	-	55	104	-	104
	207	-	207	192	-	192



Constituição para provisão para crédito de liquidação duvidosa por níveis de risco:

<u>Nível de risco</u>	<u>% de Provisão</u>	<u>2022</u>		<u>2021</u>	
		<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>	<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>
A	0,50%	108	1	177	1
B	1,00%	46	1	1	0
C	3,00%	9	0	2	0
D	10,00%	13	1	6	1
E	30,00%	21	6	6	2
F	50,00%	36	18	4	2
G	70,00%	3	2	5	3
H	100,00%	26	26	95	95
		262	55	296	104

6. IMOBILIZADOS DE USO

O ativo permanente da instituição no valor de 18 mil é composto por Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso e Instalações com taxa de depreciação de 10% a.a., e Sistema de Processamento de Dados e Equipamentos de Comunicação com taxa de depreciação de 20% a.a. conforme quadro abaixo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Imobilizado	18	17
Instalações	4	4
Móveis e Equipamentos de Uso	1	1
Sistemas de Processamento de Dados	36	29
Equipamentos de Comunicação	0	3
(-) Depreciação	-23	-20



7. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Abaixo a composição das outras obrigações:

	2022	2021
Outras Obrigações	52	9
Sociais e Estatutárias	3	3
Fiscais e Previdenciárias	49	6
Diversos	0	0

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social no exercício de 2022 era de R\$ 800.000,00.

Prejuízos Acumulados

A empresa possui prejuízos acumulados de R\$ 191.064,81.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal por estimativa do Imposto de Renda e Contribuição Social.

11. GERENCIAMENTO DE RISCO

RISCO DE CRÉDITO



Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados;

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado;

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;

RISCO SOCIOAMBIENTAL

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável;

RISCO DE CAPITAL



Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens: Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas;

Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

OUVIDORIA: O Componente organizacional de ouvidoria encontra-se implementada via ABSCM instituição representativa de classe.

12. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basileia)

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Res. 4.606/17. A mesma encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou em 70% ficando seu Patrimônio De Referência (PRS5) no fim de 30 de Junho de 2022 em R\$ 608.935,19.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com a Resolução nº. 1.184 / 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 30/06/2022 foi autorizada pelos sócios da HR SCM LTDA, em 31/08/2022.

Humberto Melo de Souza
Diretor Responsável

Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/0-3
Contador



HR SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA

CNPJ 20.158.571/0001-66

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (em reais mil)

BALANÇO PATRIMONIAL							
ATIVO				PASSIVO			
	NE	2022	2021		NE	2022	2021
CIRCULANTE		643	620	CIRCULANTE		52	5
Disponibilidades		2	14	Obrigações por empréstimo		0	0
Disponibilidades		2	0	Empréstimos no País - Outras Instituições		0	0
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		16	18	Outras obrigações	7	52	5
Aplicações em Depósitos de Poupança		16	18	Sociais e estatutárias		3	3
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	4	364	362	Fiscais e previdenciárias		49	2
Carteira Própria		364	362	Diversas		0	0
Operações de crédito	5	207	192	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		0	0
Operações de crédito		262	296	Obrigações por empréstimo		0	0
(-)Provisões p/ operações de cred.liquid. Duv		-55	-104	Empréstimos no País - Outras Instituições		0	0
Outros créditos		54	34	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8	609	632
Diversos		54	34	Capital Social		800	800
NÃO CIRCULANTE		18	17	Capital		800	800
Imobilizado	6	18	17	Reserva de Lucros		0	0
Outras Imobilizações de Uso		41	37	Lucros/Prejuízos acumulados		-191	-168
(-) Depreciações Acumuladas		-23	-20	TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO		661	637
TOTAL DO ATIVO		661	637				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

R Barão de Penedo nº 164-B, Bairro Centro
Maceió, Alagoas, CEP 57.020-340
Tel.: (82) 3326-3669



HR SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA
CNPJ 20.158.571/0001-66
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
SEMESTRES FINDOS EM 30 de JUNHO E 2022 E 2021 (em reais mil, exceto o lucro líquido por ação - R\$)

DRE	2022	2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	336	245
Operações de crédito	320	243
Resultado com operações títulos e valores mobiliários	16	2
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		0
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	-39	-68
Operações de empréstimos e repasses	-39	-68
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	297	177
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	-265	-205
Receitas de prestação de serviços	0	0
Rendas de tarifas bancárias	0	-45
Despesas de pessoal	-25	0
Outras despesas administrativas	-217	-293
Despesas tributárias	-9	-6
Outras receitas operacionais	4	153
Outras despesas operacionais	-18	-14
RESULTADO OPERACIONAL	32	-28
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	0	0
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	32	-28
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-55	-55
Provisão para imposto de renda	-38	-39
Provisão para contribuição social	-17	-16
Ativo Fiscal Diferido	0	0
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	0	0
Apuração de Resultado	0	0
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	-23	-83
Juros sobre o capital	0	0
Lucro por ação	(0,2200)	(0,1038)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



HR SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA
CNPJ 20.158.571/0001-66
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
SEMESTRES FNDOS EM 30 de JUNHO E 2022 E 2021 (em reais mil, exceto o lucro líquido por ação - R\$)

DRA	2021	2020
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	-23	-83
Outros Resultados Abrangentes	0	0
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	0	0
Apuração de Resultado	0	0
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	-23	-83

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRES FNDOS EM 30 de JUNHO E 2022 E 2021 (em reais mil, exceto o lucro líquido por ação - R\$)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS	
		LEGAL	RESERVAS		2022	2021
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO	800	-	-	(168)	632	808
1 - AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-
2 - AUMENTO DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
3 - LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	-	-	-	(23)	(23)	(83)
4 - DESTINAÇÕES:	-	-	-	-	-	-
5 - REVERSÕES DIVIDENDOS/JCP	-	-	-	-	-	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO	800	-	-	(191)	609	725
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	-	(23)	(23)	(83)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



HR SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA

CNPJ 20.158.571/0001-66

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (em reais mil)

SEMESTRES FINDOS EM 30 de JUNHO E 2022 E 2021 (em reais mil, exceto o lucro líquido por ação - R\$)

DFC		
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais	2022	2021
1.1 Lucro/Prejuízo do período	(23)	(83)
1.2 Ajustes por Depreciação	(2)	4
1.3 Ajustes por Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(49)	(28)
	57	115
2.1 (Aumento) Redução dos Ativos: Títulos e valores mobiliários		30
2.2 (Aumento) Redução dos Ativos: Operações de crédito	34	72
2.3 (Aumento) Redução dos Ativos: Outros créditos	(20)	16
2.5 Aumento (Redução) nos Passivos Outras obrigações	43	(3)
2.6 Aumento (Redução) nos Passivos Credores diversos País	-	-
2.7 Aumento (Redução) Diversos	-	-
3. Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(17)	8
4. Caixa Líquido das Atividades de Investimento	5	(9)
4.1 Aquisições Ativo Imobilizado	5	(9)
5. Caixa Líquido das Atividades de financiamento	0	5
5.1 Empréstimos País	-	6
5.2 Dividendos pagos (JCP)	-	(1)
5.3 Depósitos	-	0
6. Variação no caixa e equivalentes de caixa	(12)	4
7. Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	14	13
8. Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	2	17
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		